

Resistência e conflito: Zundão dos Camilos (União- -Piauí) contra a expansão do agronegócio sucroenergético

RESUMO

Este artigo analisa o impacto da expansão da Companhia de Álcool e Açúcar do Piauí (Comvap) sobre a comunidade de Zundão dos Camilos, no Piauí, focando nas implicações socioambientais. O objetivo é entender como a expansão do agronegócio sucroenergético afeta as práticas tradicionais e a sustentabilidade local. Utilizando uma abordagem qualitativa, o estudo se baseia em entrevistas com moradores e representantes da Comvap, além de análise de documentos e dados secundários. Os resultados mostram que a monocultura da cana-de-açúcar provocou desmatamento, degradação do solo e redução da água, prejudicando a agricultura de subsistência e exacerbando conflitos fundiários. Conclui-se que é essencial implementar políticas públicas que conciliam desenvolvimento econômico com a proteção dos direitos das comunidades tradicionais e a preservação ambiental.

Palavras-chave: COVID-19; Esgotamento profissional; Burnout; médicos; agronegócio sucroenergético; impactos socioambientais; conflitos fundiários.

Resistance and conflict: Zundão dos Camilos (União-Piauí) against the expansion of sugar-energy agribusiness

ABSTRACT

This article analyzes the impact of the expansion of the Companhia de Álcool e Açúcar do Piauí (Comvap) on the community of Zundão dos Camilos, in Piauí, focusing on the socio-environmental implications. The aim is to understand how the expansion of sugar-energy agribusiness affects traditional practices and local sustainability. Using a qualitative approach, the study is based on interviews with residents and Comvap representatives, as well as analysis of documents and secondary data. The results show that sugarcane monoculture has caused deforestation, soil degradation and water reduction, damaging subsistence agriculture and exacerbating land conflicts. The conclusion is that it is essential to implement public policies that reconcile economic development with the protection of the rights of traditional communities and environmental preservation.

Keywords: COVID-19; Professional exhaustion; burnout; physicians; sugar-energy agribusiness; socio-environmental impacts; land conflicts.

I. INTRODUÇÃO

O agronegócio desempenha um papel central na economia brasileira, sendo responsável por uma parcela significativa das exportações e pela geração de empregos (Araújo, Oliveira, Monteiro, 2017). Entretanto, seu modelo de desenvolvimento focado na monocultura e na expansão territorial, tem gerado profundas transformações socioambientais, especialmente nas regiões onde se encontra em expansão. No Brasil, o setor sucroenergético — que envolve a produção de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar e etanol —, é uma das vertentes mais expressivas desse agronegócio. Sua expansão, particularmente em estados do Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste, tem sido acompanhada de impactos significativos sobre comunidades tradicionais, cujos modos de vida e sustento dependem da preservação dos ecossistemas locais. Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, revelam informações significativas sobre a produção de cana-de-açúcar no Brasil, destacando o país como o maior produtor dessa cultura e de seus derivados, como açúcar e etanol. Especificamente, os dados indicam que o Brasil é responsável por mais de 50% do açúcar comercializado no mundo, o que evidencia a importância do setor sucroenergético na economia nacional (CONAB, 2015).

Dados mais recentes apontam que na safra 2020/21, a produção mundial de açúcar foi de 179,9 milhões de toneladas, e a produção brasileira representou 22% do total produzido; para a safra 2021/22, estima-se a produção de 186 milhões de toneladas (Nachiluk, 2021). De acordo com a CONAB (2023) a produção de cana-de-açúcar na safra 2022/2023 foi de 610,1 milhões de toneladas, com uma melhora na produtividade das lavouras.

O crescimento do setor sucroenergético no Brasil está intimamente ligado às políticas públicas de incentivo à produção de etanol como alternativa energética sustentável, especialmente a partir da crise do petróleo na década de 1970 com o Programa Nacional do Álcool (PNA), também conhecido como Proálcool, que foi lançado em 1975 durante o governo de Ernesto Geisel (Araújo, Oliveira, Monteiro, 2017) e, mais recentemente, com o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Com relação ao PNA, por exemplo, o programa é descrito como o principal projeto de industrialização da agricultura promovido pela Ditadura Militar, que visava conceder créditos subsidiados ao setor sucroalcooleiro para a mecanização e industrialização do refino da cana-de-açúcar, com o objetivo de aumentar a produção de álcool (Mendonça, Pitta, Xavier, 2012).

A combinação de incentivos fiscais, crédito facilitado e investimentos em infra-estrutura impulsionou a ampliação das áreas cultivadas com cana-de-açúcar, que se tornaram predominantes em várias regiões do país. Entretanto, essa expansão tem frequentemente desconsiderado os impactos socioambientais e os direitos das populações locais, resultando em conflitos fundiários, degradação ambiental e desestruturação social (Silva, Martins, 2010).

No estado do Piauí, a expansão do setor sucroenergético intensificou-se nas últimas décadas, promovida pela promessa de modernização econômica e geração de empregos. Santos (2012) faz um alerta sobre essa modernização, mostrando que essa relação entre o meio rural e o urbano carrega consigo uma alteração nas estruturas sociais e de poder e na apropriação de vários espaços dentro da vida desses trabalhadores rurais. Contudo, essa expansão tem sido marcada por uma série de controvérsias, principalmente no que diz respeito à apropriação de terras tradicionais. Grandes empresas, como a Companhia de Álcool e Açúcar do Piauí (Comvap), adquiriram vastas extensões de terra para o cultivo de cana-de-açúcar, frequentemente em áreas antes ocupadas por comunidades tradicionais que dependiam dessas terras para sua subsistência. Essa apropriação tem gerado tensões e conflitos, colocando em xeque a sustentabilidade das práticas culturais e econômicas dessas comunidades. Sobre isso, Araújo, Oliveira e Monteiro (2017) afirmam que:

A expansão dos monocultivos de cana de açúcar tem se acentuado em todo o país e reconfigurado as formas de apropriação territorial em diversas regiões brasileiras, o que implica em prejuízos à existência de territórios de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas e a diversidade de sujeitos do campo, que tem na terra e na mão de obra familiar a base de suas atividades produtivas (p. 02).

O município de União, no estado do Piauí, e em especial a comunidade de Zundão dos Camilos, exemplificam o confronto entre o agronegócio sucroenergético e as populações tradicionais. Historicamente dedicada à quebra do coco babaçu e à agricultura de subsistência, essa comunidade enfrenta uma crescente pressão territorial resultante da expansão da monocultura da cana-de-açúcar promovida por grandes corporações. Esse processo de expansão agrícola não apenas ameaça a biodiversidade local, essencial para a manutenção das práticas econômicas e culturais da comunidade, como também desestrutura as relações sociais e econômicas que sustentam o modo de vida dos seus habitantes.

A imposição desse modelo econômico hegemônico sobre territórios tradicionalmente ocupados por comunidades como a de Zundão dos Camilos revela as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Por um lado, o agronegócio é promovido como vetor de modernização e crescimento econômico; por outro, ignora-se o custo social e ambiental dessa expansão, que inclui a expropriação de terras, a degradação dos recursos naturais e a marginalização de populações que historicamente dependem desses territórios para sua sobrevivência.

Pereira (2012) analisa que o modelo desenvolvimentista brasileiro foi impulsionado pela Revolução Verde, que, por um lado, promoveu a modernização da agricultura ao elevar a produtividade por meio do uso de tecnologias científicas e industriais para controlar a natureza. O objetivo era aumentar a oferta de alimentos através da adoção de um pacote tecnológico composto por insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização e o uso de grandes extensões de terra, aliado ao difusionismo tecnológico e a uma ideologia que valorizava o progresso. Porém Araújo, Oliveira e Monteiro (2017) concluem que o outro lado da moeda está no aumento significativo nas desigualdades sociais entre esse grupo de trabalhadores e o desaparecimento dessas famílias extrativistas.

Este artigo se propõe analisar a resistência da comunidade de Zundão dos Camilos frente à expansão do agronegócio sucroenergético, com foco nas estratégias de defesa territorial e preservação cultural desenvolvidas pelos moradores. Partindo de uma abordagem histórico-social, busca-se compreender as dinâmicas de poder, conflito e resistência que emergem nesse contexto, contribuindo para o debate sobre as interações entre desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental no Brasil contemporâneo.

I.I AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: EXPANSÃO, CONFLITOS E SUSTENTABILIDADE

O agronegócio no Brasil é um dos pilares da economia nacional, desempenhando um papel crucial tanto no mercado interno quanto nas exportações. Este setor, que engloba desde a produção agrícola e pecuária até a indústria de transformação e a comercialização de produtos, é responsável por uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O Brasil se destaca como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de commodities agrícolas, como soja, milho, café, carne bovina, suína, frango e produtos sucroenergéticos, como o açúcar e o etanol.

A expansão do agronegócio brasileiro foi impulsionada por uma combinação de fatores, incluindo o aumento da demanda global por alimentos, o avanço tecnológico, políticas governamentais de incentivo e a disponibilidade de vastas áreas de terras férteis. A adoção de tecnologias avançadas, como a biotecnologia, a mecanização agrícola e a agricultura de precisão, também contribuiu para o aumento da produtividade e a expansão das fronteiras agrícolas, particularmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, com destaque para o cerrado brasileiro (Oderich, Elias, Waquil, 2019).

Entretanto, essa expansão tem gerado uma série de controvérsias e desafios, especialmente no que diz respeito aos impactos socioambientais. A conversão de florestas e outros ecossistemas naturais em áreas agrícolas, a concentração de terras, a expropriação de comunidades tradicionais e indígenas, e a intensificação do uso de agrotóxicos são questões que têm levantado críticas e preocupações. Esses problemas são agravados pela crescente pressão internacional por práticas agrícolas mais sustentáveis e pela conservação da biodiversidade.

Delgado (2012) discute a acelerada expansão do agronegócio no Brasil na última década, destacando que essa expansão é impulsionada pelas cadeias agroindustriais envolvidas no comércio mundial de commodities. Ele observa que esse crescimento está associado a um projeto de inserção primária no comércio exterior, que requer a intensa utilização de agrotóxicos e a ampliação de áreas cultivadas em monocultura, especialmente com culturas como soja, milho e cana-de-açúcar.

Além disso, Delgado (2012) menciona que o modelo desenvolvimentista brasileiro foi impulsionado pela Revolução Verde, que promoveu a modernização agrícola através do aumento da produtividade, utilizando tecnologia de controle da natureza baseada em ciência e indústria. Essa modernização visava intensificar a oferta de alimentos, mas também resultou no desaparecimento de unidades familiares e na grande desigualdade social no campo. Em resumo, o autor enfatiza a relação entre a expansão do agronegócio, a modernização agrícola e as consequências sociais e ambientais que surgem desse modelo de desenvolvimento.

Sauer (2008) aborda o agronegócio como um processo de integração horizontal das diferentes etapas da produção, destacando a incorporação de tecnologia e grandes investimentos na agropecuária, que visam aumentar a produção e a produtividade. Ele menciona que, no Brasil, o agronegócio foi apropriado por determinados segmentos para designar a tecnificação e a escala na agropecuária, muitas vezes sustentado por processos políticos e econômicos que transcendem a esfera nacional.

Tanto Delgado (2012) quanto Sauer (2008) concordam no que diz respeito à crítica ao modelo de desenvolvimento agrícola que prioriza a produção em larga escala e a mecanização, resultando em desigualdade social e degradação ambiental. Ambos os autores reconhecem a importância do agronegócio na economia brasileira, mas também destacam as consequências negativas desse modelo, como a marginalização de agricultores familiares e a alteração das estruturas sociais no campo.

Portanto, os dois autores compartilham preocupações sobre os impactos sociais e ambientais do agronegócio, embora possam ter ênfases diferentes em suas análises. Ambos criticam a forma como o agronegócio se desenvolveu e suas implicações para a sociedade e o meio ambiente. Araújo, Oliveira e Monteiro (2017) discutem que o desenvolvimento agrícola, muitas vezes associado ao crescimento da produtividade e à modernização da agricultura, não implica automaticamente em desenvolvimento rural. Elas argumentam que um meio rural dinâmico deve ser sustentado por uma população que o considere um lugar de vida e trabalho, e não apenas um espaço para investimento ou reserva de valor.

Em seu texto, as autoras afirmam que o modelo de modernização da agricultura brasileira, que se baseia em grandes extensões de terra e na produção para o mercado externo, não melhorou as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais. Em vez disso, esse processo resultou em uma série de problemas, como a concentração fundiária, pois a modernização levou à concentração de terras, intensificando conflitos agrários e marginalizando pequenos agricultores e comunidades tradicionais, o segundo problema é a migração rural-urbana, pois a falta de oportunidades e a degradação das condições de vida no campo resultaram em um aumento da migração da população rural para as cidades, um terceiro problema é a concentração da pobreza, pois a migração contribuiu para o aumento da pobreza nas periferias urbanas, evidenciando que o crescimento econômico no setor agrícola não se traduziu em melhorias sociais e por último, mas não menos importante, a degradação ambiental, com o uso intensivo de maquinário pesado e agroquímicos que resultou em desmatamento, degradação dos recursos hídricos e dos solos, afetando negativamente o meio ambiente.

Falando especificamente do setor sucroenergético, Costa et al (2014) afirma que nas últimas décadas, o agronegócio canavieiro no Brasil experimentou um novo ciclo de expansão, impulsionado pela busca por fontes de energia “limpas e renováveis” capazes de substituir o petróleo, e pelo desenvolvimento dos motores flex-fuel, introduzidos em 2003, que utilizam o álcool como combustível automotivo. Nesse cenário, a cana-de-açúcar se afirma como uma solução tanto para a crise energética quanto para os desafios ambientais associados ao aquecimento global.

O setor sucroenergético, em particular, destaca-se por sua importância estratégica na matriz energética brasileira, com o etanol sendo promovido como uma alternativa renovável aos combustíveis fósseis. No entanto, a expansão dessa cultura tem acentuado conflitos fundiários e questões relacionadas à sustentabilidade, principalmente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde vastas áreas foram convertidas para o cultivo de cana-de-açúcar.

O agronegócio brasileiro, portanto, encontra-se em uma encruzilhada entre a necessidade de continuar como um motor de crescimento econômico e a urgência de responder às críticas e desafios ambientais e sociais. Wanderley (2001, p. 36) explicita “um meio rural dinâmico requer uma população que o veja como um lugar de vida e trabalho, e não apenas como um campo de investimento ou reserva de valor”. O futuro do setor dependerá da capacidade do Brasil de equilibrar essas demandas, promovendo práticas agrícolas mais inclusivas e sustentáveis que considerem tanto o desenvolvimento econômico quanto a proteção dos recursos naturais e dos direitos das populações tradicionais.

I.2 EVOLUÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO BRASIL: DE COLÔNIA A POTÊNCIA MUNDIAL

A história do setor sucroenergético brasileiro é profundamente enraizada no desenvolvimento econômico e social do país, com origens que remontam ao período colonial. O cultivo da cana-de-açúcar foi introduzido no Brasil pelos colonizadores portugueses no século XVI, tornando-se rapidamente a principal atividade econômica da colônia, especialmente na região

Nordeste, onde as condições climáticas e de solo eram favoráveis à cultura. O sucesso inicial do setor foi impulsionado pelo uso intensivo de mão de obra escrava africana, que permitiu o rápido crescimento dos engenhos de açúcar e a consolidação do Brasil como um dos maiores produtores de açúcar do mundo (Andrade, 2007).

Andrade (2007), menciona que a colonização do território brasileiro foi iniciada com a implantação e o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, que estava voltada para a exportação. Essa afirmação sugere que a cana-de-açúcar desempenhou um papel central na formação econômica e social do Brasil desde os seus primórdios, influenciando não apenas a economia, mas também as relações sociais e a estrutura agrária do país.

Durante os séculos XVII e XVIII, o açúcar brasileiro foi um dos principais produtos exportados para a Europa, gerando riqueza para a Coroa Portuguesa e fomentando o desenvolvimento de importantes cidades no litoral nordestino. No entanto, a concorrência com outras colônias produtoras de açúcar, como as do Caribe, e a crise do sistema escravista contribuíram para o declínio temporário da produção no Brasil.

Entende-se que a colonização e a cultura da cana-de-açúcar estão ligadas ao desenvolvimento do agronegócio no Brasil, que se consolidou como um símbolo de modernidade e progresso. E que, embora o agronegócio tenha contribuído para a produtividade e a competitividade, ele também trouxe à tona conflitos e contradições, especialmente em relação à apropriação de terras e à marginalização de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas.

O setor sucroenergético brasileiro experimentou uma nova fase de expansão no final do século XIX e início do século XX, com a modernização dos processos produtivos e a diversificação de produtos derivados da cana-de-açúcar. A criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) em 1933, durante o governo de Getúlio Vargas, marcou um período de forte intervenção estatal no setor, com o objetivo de regular a produção e os preços, além de promover a industrialização do açúcar e o desenvolvimento de subprodutos, como o álcool (Coelho, 2001).

Silva e Martins (2010) afirmam que a partir da década de 1970, com a crise do petróleo, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que visava reduzir a dependência do petróleo importado por meio da produção de etanol como combustível alternativo. Esse programa representou um marco na história do setor, transformando o Brasil em um dos maiores produtores mundiais de etanol e promovendo a expansão das plantações de cana-de-açúcar para novas áreas, como o estado de São Paulo, que se tornou o principal polo produtor.

Nos anos 2000, o setor sucroenergético brasileiro ganhou ainda mais relevância com o aumento da demanda global por biocombustíveis, impulsionada por preocupações ambientais e pela busca por alternativas aos combustíveis fósseis. A introdução de tecnologias avançadas, como o etanol de segunda geração e o cultivo de cana geneticamente modificada, ampliou ainda mais a capacidade produtiva do setor.

Mendonça, Pitta e Xavier (2012) falam que esse período é caracterizado por um aumento na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, consolidando a cana como uma solução para a crise energética e os desafios ambientais, como o aquecimento global. Também mencionam que, durante os anos 2000, o ciclo de crescimento da indústria canavieira durou até a crise financeira de 2008, quando muitas usinas enfrentaram dificuldades financeiras, resultando em fusões e aquisições com empresas multinacionais.

No entanto, essa expansão não ocorreu sem controvérsias. O crescimento acelerado da área plantada com cana-de-açúcar tem sido acompanhado por questões como a degradação ambiental, o desmatamento, a pressão sobre as terras indígenas e tradicionais, e o aumento dos conflitos fundiários. Além disso, a concentração de terras e a mecanização intensiva têm gerado preocupações em relação à exclusão social e à perda de empregos nas regiões rurais.

Atualmente, através de dados oferecidos pela CONAB, é possível observar que o Brasil é o maior produtor de açúcar e um dos principais produtores de etanol do mundo, com o setor sucroenergético desempenhando um papel crucial na matriz energética do país. Entretanto, o setor enfrenta desafios significativos, incluindo a necessidade de equilibrar o crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a justiça social, especialmente em um contexto de mudanças climáticas e de crescente demanda por práticas agrícolas mais sustentáveis.

I.3 COMVAP E PIAUÍ: IMPACTOS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E CONFLITOS COM COMUNIDADES LOCAIS

A Companhia de Álcool e Açúcar do Piauí, mais conhecida como Comvap, desempenha um papel central na dinâmica socioeconômica e ambiental do estado do Piauí, particularmente na região onde está inserida. Fundada em 1975, a Comvap faz parte do grupo Olho D'Água, um dos maiores conglomerados do setor sucroenergético no Brasil. A usina está localizada no município de União, no Norte do Piauí, e sua implantação marcou o início de um processo de expansão do cultivo de cana-de-açúcar no estado, com foco na produção de etanol e açúcar para o mercado interno e exportação (Araújo, Oliveira, Monteiro, 2017).

A Comvap é descrita como uma usina que, ao ser implantada, resultou na expropriação de populações rurais, levando à perda de autonomia e controle sobre o espaço e o processo produtivo. Muitas famílias que antes cultivavam produtos agrícolas para subsistência foram deslocadas, e suas terras foram convertidas para o cultivo de cana-de-açúcar. As pesquisas realizadas por Araújo, Oliveira e Monteiro no ano de 2017 dão conta que entre 1979 e 1986, cerca de 800 famílias foram expulsas de suas terras sem indenização, e suas moradias e plantações foram destruídas para dar lugar ao plantio de cana.

Além disso, em suas pesquisas as autoras destacam que os trabalhadores da empresa enfrentavam condições precárias de trabalho, com longas jornadas e baixa remuneração. Há relatos de que a situação de trabalho era comparável à escravidão, incluindo o uso de mão de obra infantil e acidentes de trabalho graves.

Em um dossiê intitulado “Dossiê Comvap: uma história de suor e sangue”, do ano de 1991 e que foi escrito por Amália Rodrigues de Almeida e Francisco Willams de Assis Soares Gonçalves, é possível ler o relato de um assentado e ex funcionário da Comvap que diz o seguinte:

“[...] naquela época era escravidão. Além do emprego de mão de obra infantil, a empresa também foi responsável por vários acidentes de trabalho, sendo que no ano de 1991 ocorreu um de maior proporção, quando [...] um caminhão da COMVAP – próprio para o transporte de cana – que conduzia cerca de 70 trabalhadores, chocou-se com outro caminhão da mesma Empresa resultando em 10 mortos, 15 pessoas mutiladas e 46 feridas gravemente” (Almeira, Gonçalves, 1991, p. 7).

Mas a situação de precariedade do trabalho dentro da empresa permeia até os dias de hoje. Esse fato pode ser visto na fala de Laiane de Sousa, moradora do povoado de Zundão dos Camilos, que participou de uma entrevista conosco e relata que seu esposo trabalha na Comvap:

“Ele sai é cedo para trabalhar. Passa o dia todo no sol. Lá não tem moleza. É o dia todo trabalhando, cortando muita cana embaixo do sol, para no final ganhar muito pouco. É difícil... Tem dia que ele chega fadigado do sol quente, volta pra casa morto” (2024).

A similaridade entre os relatos, separados por quase três décadas, evidencia uma alarmante continuidade na precariedade das condições de trabalho na Comvap. Essa persistência sugere que, apesar das transformações e avanços tecnológicos ocorridos no setor sucroenergético, as melhorias não se refletiram nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores. Isso levanta questões sobre a efetividade das políticas e práticas empresariais implementadas durante esse período, e sobre a capacidade do modelo de agronegócio em promover desenvolvimento social junto ao crescimento econômico.

Além disso, a manutenção dessas condições precárias demonstra que a modernização promovida pela Comvap e outras empresas do setor tem sido seletiva, beneficiando prioritariamente os interesses corporativos e econômicos em detrimento dos direitos e do bem-estar dos trabalhadores. Esse cenário ressalta a necessidade de revisitar as políticas trabalhistas e de responsabilidade social adotadas pela empresa, questionando se o desenvolvimento sustentado pela monocultura da cana-de-açúcar pode ser considerado inclusivo ou socialmente justo.

Por fim, a repetição desses relatos ao longo de diferentes décadas reforça a urgência de um debate mais profundo sobre as condições de trabalho no agronegócio brasileiro e a necessidade de intervenção por parte das autoridades públicas para garantir que o progresso econômico venha acompanhado de justiça social e melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais.

A Comvap é apresentada como um símbolo das transformações e dos conflitos gerados pela expansão do agronegócio no Piauí, refletindo as tensões entre o desenvolvimento econômico e os direitos das comunidades locais. A resistência da comunidade de Zundão dos Camilos diante dos impactos causados pela Comvap tem se manifestado de diversas maneiras ao longo dos anos. Segundo relato de uma das moradoras da comunidade, Dona Elisa, que é uma das quebradeiras de coco babaçu mais ativas e atuantes da comunidade, a união entre os habitantes é fundamental para enfrentar as adversidades impostas pela expansão do agronegócio sucroenergético na região. Ela descreve como, mesmo diante de inúmeros desafios, a comunidade se organiza coletivamente para proteger suas terras, preservar suas tradições e garantir a subsistência de suas famílias.

“Aqui, a gente sabe que, se não nos unirmos, vamos perder tudo. Nós nos reunimos, conversamos, buscamos apoio onde podemos, e até fazemos manifestações quando é preciso. A Comvap tem poder, mas nós temos nossa história e nossa força. Juntos, a gente consegue resistir e mostrar que não vamos abrir mão do que é nosso” (2024).

Esse depoimento ilustra não apenas a resistência ativa da comunidade, mas também a profunda conexão que os moradores têm com suas terras e tradições. A união e o apoio mútuo tornam-se elementos-chave na luta contra os impactos negativos da Comvap, fortalecendo a identidade coletiva e a determinação de Zundão dos Camilos em preservar sua forma de vida diante das pressões externas.

A presença da Comvap na região trouxe consigo promessas de desenvolvimento econômico, geração de empregos e modernização agrícola, elementos que se aliaram ao discurso de progresso defendido por autoridades e empresários locais. No entanto, essa narrativa contrasta com a realidade enfrentada por comunidades tradicionais como Zundão dos Camilos, que se viram impactadas diretamente pela expansão da usina.

Zundão dos Camilos, uma comunidade tradicional localizada nas proximidades da usina, sempre dependeu da agricultura de subsistência, da quebra do coco babaçu e de práticas sustentáveis para garantir a sobrevivência de seus moradores. Com a chegada e expansão da Comvap, essas práticas começaram a ser pressionadas, tanto pela apropriação de terras quanto pela degradação dos recursos naturais que sustentam a comunidade.

A expansão da monocultura de cana-de-açúcar pela Comvap trouxe não apenas a degradação do solo e dos recursos hídricos, mas também graves consequências para a vida animal na comunidade de Zundão dos Camilos. De acordo com o relato de um dos moradores, o uso intensivo de agrotóxicos nas plantações transformou drasticamente a maneira como os animais são criados, gerando um ambiente perigoso para a fauna local.

“A gente sempre criou os animais soltos, eles andavam por toda parte, mas agora não dá mais. A Comvap joga tanto veneno na cana que a gente teve que cercar tudo. Teve uma vez que um porco nosso comeu a vegetação envenenada e morreu. E não foi só ele, os urubus que vieram comer o porco também morreram envenenados. O veneno tá matando tudo por aqui” (2024).

Esse depoimento ilustra o impacto devastador dos agrotóxicos sobre a vida animal e a necessidade dos moradores de adaptar suas práticas tradicionais de criação para proteger os animais. A situação evidencia a gravidade da contaminação ambiental e os riscos que a comunidade enfrenta devido às práticas agrícolas da Comvap.

O paralelo entre a expansão da Comvap e a situação de Zundão dos Camilos revela uma das principais contradições do agronegócio no Brasil: enquanto o setor é promovido como vetor de desenvolvimento e progresso, as comunidades tradicionais que ocupam essas áreas por gerações enfrentam a marginalização e a ameaça à sua sobrevivência cultural e econômica. A relação entre a Comvap e Zundão dos Camilos é, portanto, emblemática dos conflitos fundiários e socioambientais que marcam a expansão do agronegócio no Piauí e em outras regiões do país.

Araújo, Oliveira e Monteiro (2017), mencionam que a instalação da Usina Comvap provocou mudanças significativas nos municípios de União, José de Freitas e Teresina. As pesquisadoras afirmam que a usina levou à expropriação de terras e à destruição de modos de vida tradicionais, resultando na perda de autonomia e controle das comunidades locais sobre seus territórios e processos produtivos. O texto retrata o Piauí como um estado que vivenciou profundas transformações devido à expansão do agronegócio sucroenergético, com impactos significativos nas comunidades locais, nas relações de trabalho e na estrutura social da região.

Além disso, a atuação da Comvap na região também levanta questões sobre o modelo de desenvolvimento adotado no Piauí, onde o crescimento econômico está frequentemente atrelado à exploração intensiva dos recursos naturais e à concentração de terras. Para a comunidade de Zundão dos Camilos, a luta não é apenas pela preservação de suas terras, mas também pela manutenção de um modo de vida que valoriza a sustentabilidade e a convivência harmoniosa com o meio ambiente.

Este contexto evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que conciliem o desenvolvimento econômico com a preservação dos direitos territoriais e culturais das comunidades tradicionais. A resistência de Zundão dos Camilos contra a expansão da Comvap simboliza a luta mais ampla dessas comunidades por reconhecimento e justiça em um cenário de crescente pressão do agronegócio.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões sobre a interação entre a Companhia de Álcool e Açúcar do Piauí (Comvap) e a comunidade de Zundão dos Camilos, assim como sobre a expansão do agronegócio no Piauí, podem ser sintetizadas em vários pontos cruciais.

Primeiramente, é evidente que a expansão da Comvap e de outras usinas sucroenergéticas no estado do Piauí gerou impactos significativos tanto no meio ambiente quanto na vida das comunidades locais. A monocultura da cana-de-açúcar tem causado desmatamento, degradação do solo e redução da disponibilidade de água, afetando diretamente a agricultura de subsistência e outras práticas tradicionais que sustentam a vida em comunidades como Zundão dos Camilos.

Em segundo lugar, os conflitos fundiários surgidos com a presença da Comvap destacam uma dinâmica recorrente no Brasil, onde o avanço do agronegócio frequentemente resulta na apropriação de terras tradicionais das comunidades locais. Esses conflitos refletem uma tensão constante entre os interesses corporativos e os direitos territoriais das populações tradicionais, evidenciando uma crescente marginalização dessas comunidades em meio à expansão econômica.

Além disso, a expansão do setor sucroenergético tem exacerbado a desigualdade social e econômica. Enquanto grandes corporações e investidores se beneficiam do crescimento do agronegócio, as comunidades locais, como Zundão dos Camilos, enfrentam um cenário de marginalização e perda de recursos essenciais para sua subsistência. A promessa de desenvolvimento econômico frequentemente não se traduz em melhorias reais para essas populações, que continuam a enfrentar desafios significativos.

Esse aspectos destacam a necessidade urgente de políticas públicas mais inclusivas e equilibradas, que harmonizem o desenvolvimento econômico com a proteção dos direitos das comunidades tradicionais e a preservação ambiental. Um diálogo mais efetivo entre os interesses do agronegócio e as necessidades e direitos das populações locais é crucial para assegurar que o crescimento econômico não comprometa a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

O desenvolvimento agrícola, quando orientado apenas para a produtividade e o lucro, pode levar a um retrocesso nas condições de vida rural, evidenciando a necessidade de um modelo que valorize a agricultura camponesa, a agroecologia e a preservação do meio ambiente. A Comvap é apresentada como um símbolo das transformações e dos conflitos gerados pela expansão do agronegócio no Piauí, refletindo as tensões entre o desenvolvimento econômico e os direitos das comunidades locais.

Finalmente, a resistência de Zundão dos Camilos representa um exemplo emblemático da luta das comunidades tradicionais para preservar suas práticas culturais e seu modo de vida frente à expansão do agronegócio. Esta resistência é uma expressão não apenas da vontade de proteger o meio ambiente, mas também de manter a identidade cultural e a coesão social da comunidade. O estudo dessa dinâmica evidencia a necessidade de um modelo de crescimento que respeite os direitos humanos e promova a sustentabilidade, equilibrando o desenvolvimento econômico com a preservação dos valores e práticas tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amália Rodrigues de; GONÇALVES, Francisco Willams de Assis Soares. Dossiê COMVAP: uma história de suor e sangue. CEPAC: Teresina, 1991.

ANDRADE, Manoel Carlos de. Formação territorial e econômica do Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagama, 2007.

ARAÚJO, Clarissa Flávia Santos; OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. A expansão do agronegócio sucroenergético no Estado do Piauí Brasil. Revista ESPACIOS, Vol. 38 (Nº 11), Ano 2017, Pág. 23. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a17v38n11/17381124.html>>

CEPEA-USP. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Universidade de São Paulo. Relatório PIBAgroBrasil. mar. 2015. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_mar15.pdf>.

COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). Revista de Política Agrícola, Brasília, n.3, p.3-58, jul./ago./set., 2001.

COMVAP. Evolução de produção na COMVAP. 2024. Disponível em: <<http://www.grupoo-lhodagua.com.br/2013/noticias>>.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar. Safra 2013/14, 4º levantamento, abr., 2014. Brasília: Conab, 2014. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_04_10_09_00_57_boletim_cana_portugues_-_4o_lev_-_13.pdf>.

_____. Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar. Safra 2015/2016, v. 2, n. 3, dez., 2015. Brasília: Conab, 2015. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_17_09_03_29_boletim_cana_portugues_-_3o_lev_-_15-16.pdf>.

_____. Mapas da produção agrícola: mapa da produção brasileira de cana-de-açúcar – safra 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1101&t=2&Pagina_obj-cmsconteudos=1#A_objcmsconteudos>.

_____. Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar. Brasília, DF, v. 12, n. 1 abril 2024.

_____. Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar. Brasília, DF, v. 12, n. 2 agosto 2024.

_____. Perfil do setor do açúcar e do etanol no Brasil /Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1(2017-) – Brasília : Conab, 2017-

COSTA, Polyana Felipe Ferreira da. et al. O desenvolvimento (in)sustentável do agronegócio canavieiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, pp. 3971-3980, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014001003971&script=sci_arttext>.

DELAGADO, Guilherme Costa. Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p.144.

FREITAS, Alan Ferreira; DIAS, Marcelo Miná; FREITAS, Alair Ferreira de Freitas. O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: a indução de territorialidades à ação pública. *Perspectivas em Políticas Públicas*. Belo Horizonte: vol. III, nº 6, jul/dez, 2010. p. 27-58. Disponível em: <<http://revistapp.uemg.br/pdf/artigo1ppp6.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Governo Federal libera R\$ 24,1 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/governo-federal-libera-r-241-bilh%C3%85es-para-o-plano-safra-da-agricultura-familiar-20142015>>.

MENDONÇA, Maria Luiza; PITTA, Fábio. T.; XAVIER, Carlos Vinicius. A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.

MICHELON, Ednaldo; SANTOS. Ana Aracelly Lima; RODRIGUES, Juliano Ricardo Alves. Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco: 20-23 jul. 2008. 16p.

Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/574.pdf>>.

NACHILUK, K. Alta na Produção e Exportações de Açúcar Marcam a Safra 2020/21 de Cana. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 16, n. 6, jun. 2021, p. 1-5. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=15925#:~:text=Na%20safra%202020%2F21%2C%20a,186%20milh%C3%85es%20de%20toneladas5.>>.

ODERICH, Edmundo Hoppe; ELIAS, Lilian de Pellegrini; WAQUIL, Paulo Dabdab. Expansão do agronegócio no Brasil: diferentes discursos e dinâmicas socioeconômicas no Rio Grande do Sul. *Eutopia. Revista de Desarrollo Económico Territorial* N.º 16, diciembre 2019, pp. 141-158. Disponível em: <<https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/download/4120/3315?inline=1>>

PEREIRA, Mônica Cox de Brito. Revolução Verde. In: CALDART, R. S. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Milton. “Espaços da racionalidade”: a natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2002.

SAUER, Sérgio. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica socio-política do campo brasileiro. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 73 p. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/92407/1/sge-texto-30.pdf>>.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, nº 24, mai./ago. 2010, pp. 196-240. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000200008>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: CLACSO. *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. ¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001. pp. 31-44. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>.

